

OS CONGRESSOS NORMALISTAS DE EDUCAÇÃO RURAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS RURAIS PAULISTAS (1945 A 1951)

Kamila Cristina Evaristo LEITE¹

Durante as décadas de 30 e 40 do século XX, houve uma grande discussão a respeito da educação rural, da ruralização do ensino das escolas primárias e da formação de professores para lecionar em áreas rurais no Brasil. Os debates foram realizados em diferentes eventos, como Congressos, Conferências e Semanas Ruralistas, visando fomentar a discussão sobre temas relevantes da vida rural (economia, educação e produção agrícola). A discussão sobre a “educação ruralizada”, que foi cunhada pelos ruralistas do ensino, pretendia estimular às atividades agrícolas e despertar o gosto pelas atividades agrícolas nas crianças rurais (Moraes, 2020).

O Movimento pela ruralização do ensino foi uma ação educacional voltada para o homem rural, para fixá-lo à terra, combater o êxodo rural e incentivar uma abordagem educacional diferente das praticadas nas cidades. Moraes (2014; 2020) aponta que, entre 1930 e 1950, no Brasil, houve dois tipos de propostas pedagógicas para o campo: o ensino comum, com destaque para as Escolas Isoladas localizadas em áreas rurais, e o Ensino Típico Rural, que se organizava em Grupos Escolares Rurais, Granjas Escolares e Escolas Típicas Rurais. O segundo tipo de ensino era fundamentado nas ideias do Movimento pela Ruralização do Ensino.

Para Moraes (2020), os ruralistas do ensino não consideravam, por

¹ Mestra e Doutora em Educação pela Unesp/Marília. Professora Coordenadora na Secretaria Municipal de Educação de Rio Claro–SP.

diversas razões, as escolas rurais existentes adequadas para o meio em que estavam inseridas. Muitas delas estavam situadas no campo e não tinham práticas de ensino relacionadas ao meio agrícola. Sendo assim, o Movimento defendia a ruralização das escolas, a partir das suas concepções de ensino, criticando as escolas primárias existentes e as caracterizando como estabelecimentos de ensino exclusivamente urbanos.

Em contraposição a essa escola urbanocêntrica, como apontado, os ruralistas do ensino defendiam uma escola que fosse ruralizada, isto é, adaptada e específica - em termos de programa de ensino e de instalações arquitetônicas - para populações de áreas rurais. Defendiam, ainda, que a formação de professores destinados a essas escolas também fosse ruralizada, pois, em última análise, seria principalmente a atuação docente em consonância com os princípios dos ruralistas do ensino que tornaria a escola primária rural efetivamente ruralizada. Noutras palavras, não seria suficiente um ou outro quesito isoladamente, pois ambos eram imprescindíveis (Moraes, 2020, p.143).

Dessa forma, as ações do Movimento pela Ruralização do Ensino concentravam-se, inicialmente, na criação de uma formação de qualidade para o professor rural que lecionaria nas escolas primárias rurais. Para tanto, investiram-se em Escolas Normais Rurais para a difusão das propostas do Movimento. Em conformidade com os estudos de Moraes (2020), as escolas normais rurais foram criadas em quantidade inferior às Escolas Normais Comuns existentes em diferentes regiões do país, sendo as normais rurais mais numerosas em alguns estados da região nordeste e sul do Brasil.

Em relação ao estado de São Paulo, em 1933, por meio do Decreto n.º 6.047, de 19 de agosto, criou-se uma Escola Normal Rural no município de Piracicaba, na região central do estado. A instituição, no entanto, só começou a funcionar em 1956, com o Decreto n.º 25.781, de 27 de abril, delongando-se 23 anos para iniciar a formação de docentes para as áreas rurais.

A escola normal rural foi idealizada por Sud Mennucci, o principal representante e propagador do Movimento pela ruralização do ensino no Brasil. Com a ausência da instituição normal rural, outras iniciativas foram organizadas para capacitar o professor primário, no estado de São Paulo, como os Cursos de Especialização Agrícola e os Cursos Rápidos de Férias.

Entre 1933 e 1956, momento da criação e implementação da Escola Normal Rural de Piracicaba, diversos debates, favoráveis e contrários à escola, sucederam-se e, os Congressos Normalistas de Educação Rural, foram espaços de discussões sobre a temática, e contribuiu para a implementação do estabelecimento de ensino no ano de 1956.

Busca-se neste capítulo evidências de debates em Congressos Normalistas de Educação Rural, sobre o ensino ruralizado em escolas primárias rurais e, sobretudo, dados referentes à formação de professores primários rurais. As fontes selecionadas para este estudo compreendem textos jornalísticos, folhetos do 1º e 2º Congresso Normalista de Educação Rural e as teses apresentadas no 3º Congresso Normalista de Educação Rural².

Os Congressos Normalistas de Educação Rural

Os Congressos Normalistas de Educação Rural, certames ocorridos em quatro edições entre 1945 e 1951, em cidades do interior do estado de São Paulo (Campinas - 1945, Piracicaba - 1947, Casa Branca - 1949 e São Carlos - 1951), tinham o propósito de reunir sujeitos favoráveis ao ensino rural e representantes de escolas normais para debater a Educação Rural paulista, visando, essencialmente, incentivar o conhecimento sobre o meio rural aos futuros professores primários.

[...] os congressos bienais das escolas normais não têm a pretensão de querer solucionar o problema da educação no meio rural, cujas raízes econômicas e demográficas são profundas, mas conseguem interessar os futuros professores paulistas no importante assunto, dando-lhes, de eloquente maneira, a consciencia do problema, ao mesmo tempo que sugerem medidas para a melhoria das condições educacionais do homem do campo. (Documentos [...], 1951, p.30).

Considerados como um empreendimento inédito no Brasil, segundo

² As teses do 3º Congresso Normalista de Educação Rural, realizado em Casa Branca, em 1949, foram encontradas no acervo pessoal do Prof. João Chiarini, educador e participante do Movimento pela ruralização do ensino, no estado de São Paulo. Ele também foi membro da Comissão Pró-Instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba, que definiu e organizou o funcionamento do estabelecimento de ensino. Seu arquivo pessoal pertence ao Centro Cultural Martha Watts, localizado na cidade de Piracicaba-SP.

as fontes analisadas, os Congressos Normalistas de Educação Rural, abordavam diferentes temas relacionados à zona rural, com destaque para a formação de professores primários rurais e as escolas primárias rurais, ressaltando as características relacionadas ao ensino ruralizado. Os congressos reuniam professores das escolas normais e alunos em formação para o magistério primário, para estudar e discutir os problemas do ensino rural, com o intuito de despertar nos futuros docentes, o gosto e a identificação com os assuntos rurais.

No **Quadro 1**, são apresentados os dados sobre os Congressos Normalistas de Educação Rural, ocorridos nos anos de 1945, 1947, 1949 e 1951, em cidades do interior do estado de São Paulo.

Quadro 1: Congressos Normalistas de Educação Rural

Congresso	Local	Escola Normal	Data	Delegações
I Congresso Normalista de Educação Rural	Campinas	Escola Normal “Carlos Gomes”	22 a 27 de outubro de 1945	25 Escolas Normais
II Congresso Normalista de Educação Rural	Piracicaba	Escola Normal “Sud Mennucci”	23 a 27 de outubro de 1947	47 Escolas Normais
III Congresso Normalista de Educação Rural	Casa Branca	Escola Normal “Dr. Francisco Thomaz de Carvalho”	18 a 22 de outubro de 1949	64 Escolas Normais
IV Congresso Normalista de Educação Rural	São Carlos	Escola Normal “Dr. Álvaro Guião”	22 a 27 de outubro de 1951	65 Escolas Normais

Fonte: O Estado de S. Paulo; Folheto dos I e II Congresso Normalista de Educação Rural (1948)

Os Congressos Normalistas de Educação Rural começaram com a iniciativa da Associação dos Antigos Alunos da Escola Normal “Dr. Francisco Tomás de Carvalho”, de Casa Branca, e da Associação dos Ex-alunos da Escola Normal “Carlos Gomes”, de Campinas e eram patrocinados pelo Departamento de Educação do estado de São Paulo. Os eventos aconteciam bianualmente e, ao todo, foram realizados quatro congressos.

Cada escola normal compunha uma delegação que eram compostas,

em média, por quatro estudantes e dois professores da instituição escolar. Além das delegações, participavam, também, outros sujeitos, como delegados de ensino, diretores de escolas normais, professores primários e secundários, autoridades políticas, estaduais e municipais e membros do Movimento pela ruralização do ensino, que, na sua maioria, integravam a organização do evento ou eram os palestrantes.

No primeiro Congresso, sediado na cidade de Campinas, participaram 25 delegações, enquanto, no último congresso, que ocorreu em 1951, na cidade de São Carlos, o número delegações aumento expressivamente, com o total de 65 escolas normais. O evento era aberto à participação de todos os estabelecimentos do ensino normal - as Escolas Normais Oficiais (públicas), as Escolas Normais Livres (privadas) e as Escolas Normais Municipais.

Ao observar o aumento de escolas normais nos congressos, é possível identificar alguns fatores, como os investimentos na divulgação do evento e a abordagem do tema, que estava em constante discussão naquele período. Mas, é importante mencionar, também, a expansão do ensino normal. Conforme os dados apresentados por Leite (2024), em 1945, ano do primeiro Congresso Normalista de Educação Rural, existiam 87 escolas normais no estado de São Paulo. No último congresso, realizado em 1951, os cursos normais haviam expandido para 135 escolas normais paulistas. Embora nem todos os estabelecimentos normalistas existentes no estado de São Paulo estiveram presentes nos eventos mencionados, infere-se que, ao analisar as fontes, contemplavam-se escolas normais de todas as regiões administrativas do estado paulista.

Cada Congresso Normalista de Educação Rural era composto por um temário que determinavam os assuntos a serem discutidos no congresso em específico. No **Quadro 2**, nota-se os temas abordados nos quatro congressos.

Quadro 2 - Temário dos Congressos Normalistas de Educação Rural³

	I Congresso Normalista de Educação Rural	II Congresso Normalista de Educação Rural	III Congresso Normalista de Educação Rural
Temário	A saúde da criança no meio rural; formação do professor para a zona rural; povoamento, assimilação de imigrantes e seus descendentes; o problema demográfico e a escola rural; o prédio escolar na zona rural. carreira do professor rural; assuntos gerais.	Alfabetização de adultos na zona rural; exame das conclusões do I Congresso de Ensino Rural, realizado em Campinas, em outubro de 1945; possibilidade de adaptação imediata dos programas das escolas normais paulistas ao exercício do magistério no meio rural; assuntos gerais.	Exames das conclusões dos Congressos Normalistas de Campinas e Piracicaba, especialmente as referentes à formação e carreira do professor rural; estudo objetivo de “Escolas Típicas Rurais e Grupos Escolares Rurais” e das atividades de caráter ruralista das escolas rurais comuns; subsídios para legislação sobre o ensino e educação rural; o programa e livro didático para a escola rural; critério objetivo para conceituação dos termos “rural” e “urbano” quando aplicados a uma definição de populações e estabelecimentos de ensino.

Fonte: Folhetos dos 1º e 2º Congressos Normalista de Educação Rural; O Estado de S. Paulo.

Cada ponto do temário representava uma comissão que deliberava sugestões para o aperfeiçoamento do assunto discutido. Nessas comissões, alguns representantes das escolas normais apresentavam as suas teses (textos desenvolvidos em alguma disciplina ou em parceria com um docente das escolas normais) e eram discutidas coletivamente, entretanto, as discussões e sugestões, não significava uma transformação imediata.

Assim, Nunes (1949, p.7) pontua sobre as teses discutidas nos Congressos Normalista de Educação Rural:

Os congressos educacionais, como o seu nome indica, são certames nos quais os competentes apresentam teses relativas ao melhor modo de serem tratadas, resolvidas e focalizadas todas as questões do ensino.

Discutem-se nessas assembléias educacionais todos os problemas e, às vezes, importantes teses são apresentadas (Nunes, 1949, p.7).

³ Não foi possível identificar os temas abordados no IV Congresso Normalista de Educação Rural.

As teses apresentadas, nesses congressos, conforme Nunes (1949), eram significativas, mas, muitas delas ficavam apenas no discurso, sem efeito para o aprimoramento da educação.

Tudo muito bem e bastante interessante; porém, na maioria dos casos, as belas teses ficam apenas com os seus efeitos oratórios e as suas formosas e inspiradas flores de retórica. Infelizmente, apesar de boa vontade dos seus inspirados autores, permanecem infecundas, inúteis e estereis, sem, absolutamente, deixar qualquer fruto.

São flores, apenas, de adorno, não tendo o polen fecundo da realidade e da vida (Nunes, 1949, p.7).

Como apresentado no **Quadro 2**, os temários dos congressos continham assuntos relevantes para as áreas rurais, no entanto, as discussões estavam mais próximas de informações para o futuro professor normalista do que debates que gerassem políticas públicas e educacionais para os habitantes da zona rural. A exemplo, pode se citar as excursões que os normalistas realizavam para produzir as teses discutidas nos congressos e que contribuíam para a aproximação dos futuros professores com o meio rural.

No primeiro congresso, a delegação da Escola Normal de Mococa, contribuiu para a discussão do certame ao explicar informações, orientações e pesquisas realizadas sobre o professor primário rural em início de carreira. Dados coletados após excursões realizadas pelos alunos para conhecimento da zona rural. No Grupo Escolar Rural de Itaiquara, os normalistas de Mococa, puderam observar e produzir trabalhos monográficos sobre os problemas da escola rural, a serem apresentados no I Congresso Normalista (Primeiro [...], 1945, p.8)⁴.

A exemplo de Mococa, o professor Tercio Emerique sublinhou a necessidade de tornar o professor rural mais eficiente e o Congresso Normalista de Educação Rural seria um espaço de estudo sobre a temática.

⁴ Teses apresentadas pelos alunos da Escola Normal de Mococa: Nicanor Xavier da Cunha, Maria Vilma Soares, Maria Thereza de Abreu, Maria do Carmo Pinheiro e Tereza Silva, sob a orientação do prof. José Francisco de Camargo - Monografia do Grupo Rural de Itaiquara; Grupo de alunos do Curso Profissional da Escola Normal de Mococa - Situação do Professor na Zona Rural (CONGRESSO, 1948, p. 22-23).

Depositamos grandes esperanças no proximo Congresso de Campinas, principalmente nos seus resultados em beneficio da didatica. O intercambio de idéias, de planos de ação e o conhecimento de realidades novas, diferentes das que nos rodeiam - exercerá influencia sobre todos os espiritos. Creio mesmo que o exito completo, da reunião já está assegurado. Alem disso, com o apoio oficial dado ao certame, podemos estar certos de que estamos sendo ouvidos pelas autoridades imprimir nova feição á atividade de formação profissional do mestre (Primeiro [...], 1945, p.8).

Dessa forma, as teses apresentadas nos congressos foram elaboradas a partir da experiência dos alunos das escolas normais e da observação em escolas primárias rurais. As excursões pedagógicas, proporcionavam ao estudante a oportunidade de se familiarizarem com a realidade rural, ambiente em que, futuramente, iniciariam a sua carreira profissional no magistério primário. Os dados coletados eram transformados em teses e apresentadas nos Congressos Normalistas de Educação Rural, para serem discutidas pelos pares.

As escolas normais já estão reunindo elementos para sua participação no Congresso. Os normalistas realizam visitas à zona rural, tirando fotografias, levando cartas, confeccionando graficos, entrevistando lavradores e professores rurais. Dessa maneira, cada escola normal estará em condições de bem informar o congresso a proposito do que há de característico no meio rural da sua zona de influencia (1ª congresso [...], 1945, p.9).

As teses apresentadas para estes congressos faziam parte das atividades realizadas nas escolas normais paulistas, proporcionando à experiência dos alunos nas escolas primárias rurais. Essas vivências estavam atreladas a uma formação para o conhecimento dos futuros docentes nas escolas em que iniciariam a sua trajetória profissional no magistério primário. Nos congressos, é notório o incentivo às atividades de pesquisa e estudos do meio rural, por parte das escolas, como uma forma de proporcionar uma formação para o professor que lecionaria na zona rural.

Contudo, nem todas as escolas conseguiam realizar essas ações e muitas delas, dependiam de quem estava na direção e dos professores que fossem simpatizantes ao Movimento pela ruralização do ensino.

A formação dos professores primários rurais paulistas nos Congressos Normalistas de Educação Rural

Em São Paulo, um dos principais estados do país, a formação de professores rurais deu-se de maneiras distintas de outras localidades, conforme apontado por Chaloba (2017) e Basso (2018). Foram identificadas algumas iniciativas de capacitação de professores primários para as áreas rurais do estado de São Paulo, algumas delas mais promissoras do que outras. Dentre as instituições de ensino e os cursos de formação, destacam-se: a Escola Normal Rural (formação inicial); os Cursos de Especialização Agrícola e os Cursos de Férias (formação em serviço). Essas modalidades de ensino foram amplamente discutidas nos Congressos Normalistas de Educação Rural.

A Escola Normal Rural de Piracicaba foi criada em 1933, por meio do Decreto n.º 6047, de 19 de agosto, pelo então diretor do ensino público paulista, Sud Mennucci. No texto da lei previa-se a criação de uma Escola Normal Rural, no município de Piracicaba, interior do estado e cidade natal de Sud, como também, outras providências para o ensino primário rural, instituindo alguns estabelecimentos e instituições de ensino rurais, como os Grupos Escolares Rurais, as Escolas Isoladas Vocacionais e os Clubes Agrícolas.

Nessa Escola Normal Rural, formar-se-ia o professor com consciência agrícola e afeição para o mundo rural. Seria um educador contrário aos hábitos citadinos, promoveria um ensino pautado no amor pela terra, para fixar a população rural no campo, sem seduzi-los com elementos e a cultura das cidades.

A formação docente específica para a zona rural, era, segundo Moraes (2020), um dos focos das ações do Movimento pela ruralização do ensino, sendo o ponto fulcral do projeto. Para os ruralistas da educação, ter docentes sem conhecimentos e identidade com o campo, era, na visão deles, manter os mestres com os mesmos hábitos citadinos que os cursos normais já ensinavam há anos.

Constata-se que, ainda que os ruralistas do ensino apresentassem propostas direcionadas ao ensino primário rural, a ênfase de suas iniciativas era a formação de professores ruralizados, nas tão defendidas Escolas Normais Rurais, pois os professores formados nessas Escolas colocariam em prática e contribuiriam para a difusão e a implementação das propostas desse Movimento (Moraes, 2020, p.140-141).

Assim, Sud Mennucci lançou, no estado de São Paulo, os pilares da formação do professor rural, em estabelecimentos de ensino com especificações físicas e pedagógicas, com duração de sete anos de estudos e em formato de internato. Para isso, estruturou o curso normal rural em pré-normal, com rudimentos da agricultura e um curso normal, com conhecimentos pedagógicos (Pedagogia, didática, psicologia), conhecimentos clássicos (português, aritmética, história do Brasil) e saberes para o campo (agricultura, zootecnia, higiene, puericultura). Conforme o educador: “[...] sob um tríplice ponto de vista: o pedagógico, o higiênico ou talvez melhor, o sanitário, e o agrícola” (Mennucci, 1946, p.141).

Este modelo de instituição para formar professores rurais foi amplamente discutido no Brasil e, a partir de diferentes perspectivas educacionais, a formação para professores rurais se configurou de diferentes formas, tendo, oficialmente em 1946, com a Lei-Orgânica do Ensino Normal, que previa instituições de ensino para formar o professor primário em diferentes graus de ensino, uma organização em Escolas Normais Regionais, para formar o professor regente e que atuaria em escolas primárias rurais e as Escolas Normais, que capacitaria o professor primário.

No entanto, a normal rural de Piracicaba não se consolidou de imediato e levou 23 anos para funcionar. Em 1956, com a intervenção política e educacional de Sólton Borges dos Reis, então diretor do departamento do ensino paulista, a comissão Pro Instalação foi criada para colocar a escola em funcionamento e concretizar o projeto iniciado por Sud Mennucci no início da década de 1930.

Durante um período de 23 anos, com diversas táticas, tentou-se implementar a Escola Normal Rural de Piracicaba e aprimorar a capacitação de professores primários rurais no estado de São Paulo e os Congressos Normalistas de Educação Rural, como dispositivos e estratégia para a discussão do ensino rural, foram essenciais para essas iniciativas.

No decreto n.º 25.781, de 27 de abril de 1956, fica evidente, nas considerações que dispõe sobre a instalação da normal rural, que, os Congressos Normalistas de Educação Rural, a partir da comissão técnica e os debates em plenárias, não se pronunciaram a favor de escolas normais rurais no estado de São Paulo, mas, sugeriram a instalação desse estabelecimento de ensino como

uma experiência e, caso surtisse efeito, tornar-se-ia um tipo de estabelecimento de ensino no estado.

Sobre este ponto, analisou-se que, no II Congresso Normalista de Educação Rural, ocorrido em Piracicaba, em 1947, nos assuntos gerais, havia a sugestão de criação de Escola Normal Rural, como experiência, como também, a formação em cursos de aperfeiçoamento e cursos rápidos de férias. Isso não significou que os congressistas eram contrários à normal rural, visto que, muitos sujeitos que eram adeptos da ruralização do ensino (Sud Mennucci, Thales Castanho de Andrade, Sólton Borges dos Reis, entre outros), participaram e auxiliaram na realização do evento. Entretanto, as discussões, as comissões, as plenárias e os votos dos participantes, definiam a escolha da maioria, entendendo assim que, dentro do próprio movimento, havia convergências e as escolas normais, participantes, entendiam que a formação do professor rural, poderia, sim, se dar nos cursos normais existentes.

A exemplo dessa informação, identificou-se a seguinte fala do Deputado Estadual Cid Franco, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo:

Ora, os congressos nunca tiveram mentores. Isso representaria um “capitis dominutio” para o culto professorado paulista que deles tem participado. Para revelar a independência que debatem e votam os professores paulistas, nos congressos das escolas normais, basta assinalar o fato verificado em Campinas, quando Sud Mennucci, que era na ocasião Diretor Geral do Departamento de Educação e Vice-Presidente de Honra do Congresso, não encontrou manifestação favorável das comissões técnicas e do plenário, a sua conhecida ideia de que a Escola Normal Rural constituiria a chave do problema da educação do homem do campo. Quanto nos membros da atual Comissão Executiva, não sei de um só que se tivesse manifestado publicamente sobre o assunto, expressando a sua opinião pessoal. Não será por ter o governo federal, em determinada administração, se pronunciado a favor da construção de prédios para algumas escolas normais rurais, que os congressos e o próprio Departamento de Educação, do Estado, e qual como órgão técnico reclama autonomia, se vejam na obrigação de, desafiados por um comentarista, se colocarem compulsoriamente a favor da ideia (Cid Franco, 1951, p.).

Importante salientar que, os congressos eram espaços de discussão e debates sobre o tema da Educação Rural. Apesar de terem sido organizados por

sujeitos do Movimento pela ruralização do ensino, havia, conforme a análise das fontes, opiniões divergentes e a compreensão de que, para a existência da Escola Normal Rural, seria necessário um estudo para que ela funcionasse.

Dentre os congressos realizados, as comissões pontuavam bastante sobre a reorganização dos programas de ensino das escolas normais e a inserção de conteúdo para o meio rural, como a cadeira de Economia Rural. “[...]4. - que se realize a revisão do programa das Escolas Normais, tendo por base a investigação e o estudo do meio rural, visando a formação de nova mentalidade⁵ dos futuros professores primários” (Congresso [...], 1948, p.30).

Das opções existentes, a implementação da Escola Normal Rural e/ou a remodelação dos programas de ensino, ficou evidente que os congressistas acreditavam que era mais fácil repensar o modelo de ensino já existente e não criar um novo tipo de escola. Na época, década de 1940 e 1950, discutia-se sobre a expansão desenfreada e excesso de escolas normais no estado de São Paulo. Dessa forma, existiam grupos de educadores que eram contrários à criação de novos estabelecimentos de ensino para formar professores, como meio de frear a expansão dos cursos normais, principalmente os cursos pertencentes as Escolas Normais Livres, de iniciativa privada. Com isso, ao invés de inaugurar um novo tipo de instituição de ensino, sugeriu-se a reformulação dos programas de ensino, inserindo conteúdos sobre o meio rural.

Nas escolas normais, as disciplinas de higiene e puericultura, aproximavam-se de saberes relacionados ao meio rural, porém, o Movimento pela ruralização do ensino, observava que existia a necessidade de inserir conteúdo de noções agrícolas aos programas de ensino, com o propósito de orientar e criar no professor primário uma identidade, ou como denominava o Movimento, uma mentalidade/consciência agrícola, que transformaria o educador em um sujeito ruralista e constituiria um professor com feições agrícolas.

Conforme os discursos proferidos e os estudos realizados por Sud Mennucci, a funcionalidade das escolas normais rurais era construir nos professores primários uma mentalidade/consciência agrícola, para incentivar o docente a promover um ensino ruralizado e a criar nos habitantes das zonas rurais um amor à terra, fixando-os a ela. Por isso, a discussão principal dos

⁵ Importante destacar que, os termos, consciência e mentalidade agrícola são empregados e aparecem nos textos e fontes utilizadas para esta pesquisa, não sendo um conceito da autora deste texto.

ruralistas do ensino era a criação de escolas normais rurais.

O professor rural distinguir-se-ia do professor urbano, teriam conhecimentos pedagógicos, sanitários e agrícolas (Mennucci, 1946, p.141). Para os ruralistas da educação, o professor que lecionava em áreas rurais não era bem preparado e tinha hábitos citadinos, incentivando os moradores do campo a migrar para as cidades. Muitos desses docentes, por não ter uma identidade com as regiões agrícolas, acabavam por abandonar o cargo de professor primário ou, assim que possível, pediam remoção para as escolas urbanas.

Conforme o pensamento de Sud Mennucci, os professores formados pela escola normal rural teriam um perfil diferenciado, seriam hostis à vida citadina, preocupar-se-iam com a eficiência do campo, líderes dos núcleos em que estavam inseridos, consultores técnicos para todos os problemas rurais, um incentivador de experiências inovadoras no campo e também interveria nas questões médicas, extinguindo os charlatões e curandeiros existentes nos bairros rurais. O ensino nas normais rurais estaria além dos saberes comuns do magistério primário, para a zona rural, necessitava-se formar um professor polivalente em assuntos agrícolas (Leite, 2024, p.71)⁶.

Assim, os congressistas, debatiam se deveria existir uma Escola Normal Rural, com características específicas para formar o professor primário rural, ou se a Escola Normal urbana, que predominava na época, teria como princípio formar, indistintamente, professores para as áreas urbanas e para as áreas rurais. Diante dessas questões, a formação de professores primários rurais foi um tema recorrente nos Congressos Normalistas de Educação Rural.

No I Congresso Normalista de Educação Rural (1945), foram apresentadas 25 teses com o tema sobre a formação e o professor rural; no II Congresso Normalista de Educação Rural (1947), 12 teses foram debatidas; e no III Congresso Normalista de Educação Rural (1949), 14 teses foram analisadas pelas delegações. Não foi possível localizar as teses apresentadas no último congresso, em 1951.

No I Congresso Normalista de Educação Rural sugeriram-se alguns pontos relacionados à formação docente rural, como um serviço de pesquisa, em âmbito social e pedagógico, para organizar os sistemas escolares e os

⁶ Doutorado em Educação, finalizado em março de 2024, ainda não consta no repositório da Universidade Estadual Paulista Unesp.

programas de ensino para a zona rural, como também a necessidade de uma seleção vocacional dos candidatos ao magistério rural, como princípio de que cursariam o magistério rural apenas os aspirantes ao magistério rural que realmente tivessem interesse ou aproximações com o campo.

Ainda, no primeiro congresso, pedia-se a revisão dos programas de ensino das escolas normais, a extensão da prática de ensino de alunos-mestres, para conhecer de perto a realidade do campo e a criação de cursos de férias, destinados aos professores formados, como meio de aperfeiçoamento do conhecimento sobre a zona rural.

Após uma análise dos documentos, é perceptível que, nos congressos seguintes, houve discussões mais aprofundadas de algumas sugestões apresentadas no primeiro evento. O I Congresso Normalista de Educação foi um momento de abertura e despertar de interesse por parte de diferentes escolas normais de São Paulo, sobre a temática da educação rural.

Em 1947, no II Congresso Normalista de Educação Rural, a terceira comissão do certame discutiu sobre a adaptação de programas das escolas normais ao exercício do magistério no meio rural, concluindo que, os programas de ensino, existentes na época, poderiam ser adaptados e constar de conteúdos necessários para o ensino no campo, isto é, os congressistas, entendiam que não havia uma necessidade eminente de se instalar uma escola normal rural, os cursos normais existentes seriam suficientes para formar o professor primário rural, para isso, bastava-se adaptar o programa de ensino.

Pontuaram, também, que a prática de ensino deveria acontecer em escolas típicas rurais e realizar excursões e estudos das populações rurais. Os cursos normais seriam divididos em dois segmentos, um curso profissional com vertentes ruralistas e outro curso normal com conteúdos urbanos.

4. - Convém criar-se um curso paralelo ao atual Curso Profissional, cujos programas serão adaptados, contendo matérias especializadas rurais, e cuja frequência e trabalhos práticos indicarão os alunos de real pendor ruralista, permitindo a exclusão dos que não revelem tal vocação.

5. - Os alunos excluídos desse curso paralelo anexo poderão continuar o Curso Profissional, recebendo diploma que não os habilite no campo; parte das bagas das escolas urbanas se destinarão a professores não ruralistas e parte à remoção dos que já fizeram seu estágio mínimo na roça (Congresso [...], 1948, p.35).

No transcorrer dos quatro congressos, evidencia que a formação dos professores primários rurais deveria se manter nas escolas normais comuns, com alteração dos programas de ensino e a inserção da prática de ensino em escolas típicas rurais, como forma de aproximar o futuro professor à realidade do ensino rural. A Normal Rural seria, sim, implementada, mas como uma experiência, deduzindo-se que, os próprios congressistas ao se reunirem para discutir sobre o magistério rural, buscaram diferentes estratégias para formar o professor primário, sendo em cursos de aperfeiçoamento agrícola, cursos rápidos de férias, na reorganização do programa de ensino dos cursos normais e, em última instância, na Escola Normal Rural.

Outro ponto relevante que merece destaque neste texto são as discussões nos Congressos Normalistas de Educação rural sobre a carreira do professor primário rural, reivindicando a melhoria nas condições de trabalho e a gratificação consoante as especificidades do meio rural, o que demonstrava a relevância do docente rural na educação das crianças rurais.

13. - que se adote o princípio de justiça, capaz, ao mesmo tempo, de contribuir para maior estabilidade do professor na zona rural, dando-lhe, além de seus vencimentos, gratificação proporcional ao seu desconforto, isto é, correspondente ao estágio da escola ou ainda, aquela referente ao trabalho realizado fora do horário escolar, por imperiosa necessidade do meio onde atue (Congresso [...], 1948, p.31).

Assim, nesses congressos as discussões aconteciam em torno da temática da educação rural, mas, enfatizava-se a formação do professor primário para o meio rural, como também as condições de trabalho. Ao aderirem ao evento, as escolas normais paulistas debatiam sobre uma instituição de ensino inexistente no estado, mas que tentava por diferentes meios (políticos ou educacionais) concretizar-se.

No entanto, ao final da década de 1960, os reformadores do ensino definiram que as instituições de ensino paulista, primária ou secundária, a qual pertencia o curso normal, teriam que desenvolver um ensino básico e comum, eliminando assim as pretensões do Movimento pela ruralização do ensino ao promover um ensino ruralizado.

Considerações

A análise das fontes (jornais, folhetos e teses) revela que os Congressos Normalistas de Educação Rural eram instrumentos e estratégias que auxiliavam na discussão da Educação Rural e na formação e na carreira do professor primário rural no estado de São Paulo, uma vez que, ao apresentarem teses sobre o tema, incentivavam os futuros professores a estudarem o meio rural, a partir de excursões e experiências no campo. Essas ações previam a superação da hostilidade ao meio rural, uma das principais questões que o Movimento pela ruralização do ensino enfatizava, como a falta de identidade e de consciência agrícola para o meio em que docentes primários seriam inseridos após a conclusão do curso normal.

As discussões apresentadas nos congressos tiveram um impacto significativo nas políticas educacionais para o campo, tendo em vista a instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba, embora de forma experimental. Com essa experiência, esperava-se a transformação e a inserção dos conhecimentos específicos ao meio rural, proporcionando saberes agrícolas ao professor primário rural, que seria, conforme os ideais do Movimento pela ruralização do ensino, um docente com identidade, afeição e propagador das coisas boas da terra.

Os congressos foram realizados em apenas quatro edições, entre 1945 e 1951, não sendo possível definir, com exatidão, por quais motivos as reuniões não continuaram, mas, infere-se, a partir das fontes, que, no penúltimo congresso, ocorrido em Casa Branca, em 1949, já se apresentavam discussões de ordem financeira para a realização do evento, apontando que os congressos geravam altos custos aos cofres públicos, sendo uma justificativa para a interrupção dos congressos em anos posteriores, haja vista que, as discussões sobre o ensino rural e a formação de professores rurais continuou até a década de 1960, período em que o Movimento pela ruralização do ensino começa a diminuir as discussões sobre o ensino rural.

Referências

1º Congresso Normalista de Ensino Rural. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano LXXI, n.23.274, p. 9. 09 ago.1945. Disponível em: <https://arquivo.estadao.com.br/pagina/#!/19450809-23274-nac-0009-999-9-not> Acesso em: 04 abr. 2024.

BASSO, Jaqueline Daniela. **O Ruralismo Pedagógico no estado de São Paulo nas Décadas de 1930 e 1940**: as escolas normais, os cursos de especialização, as escolas técnicas e os clubes agrícolas. 2018. 203 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9843/BASSO_Jaqueline_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 14 jul. 2023.

CHALOPA, Rosa Fátima Souza. A formação de professores primários rurais no estado de São Paulo (1930 – 1971). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 179-209, 9 jun. 2017. Universidade do Estado de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.5965/1984723818372017179>. Disponível em: [file:///E:/Downloads/8993-Texto%20do%20artigo-32009-1-10-20170606%20\(1\).pdf](file:///E:/Downloads/8993-Texto%20do%20artigo-32009-1-10-20170606%20(1).pdf). Acesso em: 20 jul. 2023.

CONGRESSO Normalista de Educação Rural. Folheto. São Paulo, 1948. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

DOCUMENTOS a que se refere o orador, em seu discurso. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 61, n. 127, p.30 . 12 jun.1951. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1951%2fexecutivo%2fjunho%2f12%2fpag_0001_9UB0AEFVA8LP7eA3SS22971Q520.pdf&pagina=1&data=12/06/1951&caderno=Executivo&paginaordenacao=100001. Acesso em: 29.mar.2024.

LEITE, Kamila Cristina Evaristo Leite. **O PROCESSO DE CRIAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E EXTINÇÃO DA ESCOLA NORMAL RURAL NA MECA DO RURALISMO NO BRASIL (PIRACICABA/SP, 1933 A 1968)**. 2024. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp, Campus de Marília, Marília, 2024.

MENNUCCI, Sud. **Discursos e Conferências Ruralistas**. São Paulo: São Paulo, 1946.

MORAES, Agnes Iara Domingos. Movimento pela ruralização do ensino em âmbito internacional: cartas a Sud Mennucci (1930-1940). In: CHALOPA, Rosa Fátima de Souza; CELESTE FILHO, Macioniro; MESQUITA, Ilka Miglio de. **História e memória da educação rural no século XX**. 1.ed. - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 137-161.

NUNES, F. Augusto. Congressos Educacionais. **Correio Paulistano**. São Paulo, ano XCVI, n. 28.613 17.jul.1949. Seção Escolas e Cursos, p.7. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_09&pasta=ano%201948&pesq=&pagfis=43254. Acesso em: 04 abr. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 25.781, de 27 de abril de 1956. **Dispõe Sobre A Instalação de Uma Escola Normal Rural em Piracicaba, nos Termos da Lei n.º 881, de 6 de dezembro de 1950.** São Paulo–SP, Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/108255> . Acesso em: 22 jul. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 6047, de 19 de agosto de 1933. **Instala Uma Escola Normal Rural em Piracicaba e Dá Outras Providências.** São Paulo–SP, Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-6047-19.08.1933.html>. Acesso em: 22 fev. 2023.